



DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES DE CÂMARA

05 DE FEVEREIRO DE 2018

19 DE FEVEREIRO DE 2018

GAP – Gabinete de Apoio à Presidência

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da realização de obras de reabilitação, conceder o apoio financeiro no valor de 1.758,78 €, à Fábrica da Igreja Paroquial de Buarcos, para alteração da fachada principal da Capela de Nossa Senhora da Conceição, autorizada pela DRCC - Direção Regional de Cultura do Centro, substituindo a janela guilhotina por óculo no alçado oeste.
- Aprovar a importância da “Reabilitação da Antiga Escola de Cunhas” para o município, e o seu interesse na recuperação e valorização do património rural na ótica do interesse coletivo, com reconhecido interesse para as populações, economia e cultura das comunidades onde se insere, bem como submeter este assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.
- Ao abrigo do artigo 19.º do Regulamento Geral dos Mercados Municipais da Figueira da Foz, que entrou em vigor no dia 19 de agosto de 2016, autorizar a concessionária Maria Isilda Figueiredo Maia Andrade, na qualidade de concessionária dos tabuleiros T70, T71 e T72 do Mercado Municipal Engenheiro Silva, alterar a finalidade de atividade, dos tabuleiros T71 e T72 para comercialização de flores e manter a finalidade de venda de frutas e hortícolas no tabuleiro T70.
- Aprovar a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Matias Francisco, trabalhador nesta Câmara Municipal e expressar condolências à família enlutada.
- Aprovar a tomada de posse administrativa do equipamento desportivo, objeto do contrato celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Naval SAD.
- No uso da competência que lhe é conferida de acordo com o disposto nas alíneas t) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a Minuta do Contrato de Cedência de Utilização a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Associação Naval 1893, relativamente à cedência de utilização de uma casa e antigo edifício de balneários, situados junto ao Estádio Municipal.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a proposta subscrita pelos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro e Miguel Babo, de se assegurar a vigilância e segurança das praias fora da denominada época balnear, com a ressalva proposta pelo Presidente e pelos Vereadores do Partido Socialista, de apenas se considerar, para já, circunscritas as praias de Buarcos e Cabedelo, a partir de 15 de março de 2018, durante as férias da Páscoa, fins de semana e feriados, sem embargo de a posteriori se poder alargar a outras praias, dependendo da disponibilidade de recursos de nadadores-salvadores.

- Aprovar abertura de um Concurso Público para a atribuição de direito de ocupação de natureza precária dos módulos M18, M21/M22, M27 e M36 e das lojas L28 e L32 do Mercado Municipal Engenheiro Silva e da loja L5 interior do Mercado Municipal de Buarcos do Município da Figueira da Foz e o respetivo programa de concurso público;

- Que o Júri a quem compete apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das mesmas, seja constituído por Maria João Santos Lopes Pombo, Técnica Superior, como Presidente, Paula Maria Cera Loio Panão, Técnica Superior e Rui Jorge Lopes Coelho, Técnico Superior, como membros efetivos, e Margarida Maria Marques Sousa, Assistente Técnica e Hélder João Januário Prata Simões, Assistente Técnico, como membros suplentes.

DAGF – Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Finanças e Património

Subunidade Orgânica de Contabilidade

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Relativamente à Incorporação do Saldo de Gerência de 2017, no orçamento municipal de 2018 e o mapa de fluxos de caixa relativo ao exercício de 2017:

- 1 - Aprovar a incorporação do Saldo de Gerência de 2017, no montante de 11.005.919,35 €, no Orçamento Municipal de 2018;

- 2 - Submeter à Assembleia Municipal o Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao Exercício de 2017, aprovado por despacho do Presidente, de 09 de janeiro de 2018 e ratificado na reunião de Câmara Municipal de 16 de janeiro de 2018, para apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da referida incorporação do saldo apurado.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Presidente e dos Vereadores Carlos Monteiro, Ana Carvalho Oliveira, Mafalda Azenha, Nuno Gonçalves e Miguel Pereira e três votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Subunidade Orgânica de Contratação Pública

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente, datado de 16 de janeiro de 2018, que aprovou a retificação dos erros e omissões detetadas nas peças do procedimento, no âmbito do processo de Contratação de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Lavagem e Manutenção de Contentores no Concelho da Figueira da Foz, de acordo com o exposto na informação dos serviços.

- Relativamente ao Concurso Público N.º 17/2017 – Contratação de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Lavagem e Manutenção de Contentores no Concelho da Figueira da Foz – Aprovar a:

- 1 - Retificação do caderno de encargos e respetivo anexo, de acordo com o exposto na informação dos serviços e respetiva Ata n.º 2, de 29 de janeiro de 2018;

- 2 - Prorrogação do prazo para apresentação das propostas no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;

- 3 - Publicação da decisão de prorrogação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto nos artigos 130.º e 131.º do Código dos Contratos Públicos.

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- De acordo com a proposta apresentada, revogar a deliberação de 11 de dezembro de 2017, referente à abertura e lançamento do “Procedimento para Fornecimento, Instalação e Concessão de Exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas”, bem como a submissão da presente revogação à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.

- Relativamente à Abertura de Procedimento por Concurso Público para Fornecimento, Instalação e Concessão de Exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas, aprovar:

- 1 – A abertura do Procedimento por concurso público para “Fornecimento, Instalação e Concessão de Exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas” cujo valor global da despesa estimada é de 214.512,20 €, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a satisfazer através da rubrica constante na requisição interna feita pelo Departamento de Obras Municipais e Ambiente e respetivas peças processuais;

- 2 - As peças do procedimento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP - Código dos Contratos Públicos;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

3 – Que o Júri a quem caberá proceder à realização de todas as operações inerentes ao procedimento, seja constituído pelos seguintes membros:

Presidente: António Manuel André Paredes Silva, Chefe de Divisão de Obras e Projetos Municipais;

1.º Vogal: Isabel Maria Martins Figueiredo, Chefe de Divisão Jurídica e Contencioso;

2.º Vogal: Susana Paula Gomes Simões Mota – Técnica Superior;

Os suplentes serão os seguintes:

1.º Suplente: Margarida Paula Fernandes Ferreira, Técnica Superior;

2.º Suplente: Paula Isabel Gouveia Costa, Técnica Superior;

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, este será substituído pelo 1.º Vogal.

Com delegação de competências, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a atual redação designadamente, para prestar esclarecimentos, elaborar relatórios de análise das propostas, audiência prévia dos concorrentes e demais competências designadas na lei.

4 – Gestor de contrato: Pedro Emanuel Ferrão da Silva, Técnico Superior;

5 - Submeter a proposta de abertura à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos e alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos

Subunidade Orgânica de Recursos Humanos

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho do Presidente, de 19 de janeiro de 2018, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do qual aprovou a celebração do Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e o IIEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz, para a realização de seis estágios de formandos no âmbito do Curso de Sapador Florestal EFA B3, a decorrer na Figueira da Foz, que visa a aquisição de competências técnicas e profissionais, no Serviço de Proteção Civil.

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Relativamente ao reconhecimento dos Vínculos Precários como necessidades permanentes, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, reconhecer as funções descritas na informação interna dos Serviços, registada no SGD sob o n.º 2069, de 07 de fevereiro de 2018, como satisfazendo as necessidades permanentes, sem vínculo adequado, porquanto tratam-se de funções exercidas por trabalhadores com contrato a termo certo ou incerto e em prestação de serviços, mas que constituem necessidades permanentes do Município.

- 1 - Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal do Município da Figueira da Foz do ano de 2018, no uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 29.º



Câmara Municipal da Figueira da Foz

da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada, criando sete postos de trabalho na categoria de técnico superior, dezasseis postos de trabalho de assistente operacional para a regularização dos vínculos precários, e um posto de trabalho para a carreira de assistente operacional com contrato a termo certo, para o Serviço Veterinário Municipal;

2 - Submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.

- Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a celebração do Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Bragança, para realização de Estágio Curricular – Curso Técnico Superior Profissional em Produção nas Artes do Espetáculo, a efetuar na Divisão de Cultura do Município.

DOMA - Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Obras e Projetos Municipais

Subunidade Orgânica de Estudos e Projetos de Obras Públicas

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar o relatório final e adjudicar à empresa Edilages, S.A., a realização da empreitada referente à obra de Reinstalação de Serviços Técnicos Municipais da zona da Várzea, por um prazo de execução de doze meses, pelo valor de 2.497.664,80 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor a distribuir da seguinte forma pelos respetivos anos económicos:

- Ano económico de 2018 – 2.550.000,00 €, com IVA incluído;

- Ano económico de 2019 – 97.524,69 €, com IVA incluído.

- Ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projeto referente à Requalificação do antigo edifício dos Bombeiros Municipais da Figueira da Foz.

Divisão de Urbanismo

Subunidade Orgânica de Gestão Urbanística e Fiscalização

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 71.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade do alvará de licença n.º 85/2014, emitida no âmbito do processo de obras n.º 781/1974, em nome de Cabeça de Casal da Herança de Licínio Teixeira Campos Amaral, freguesia de Buarcos e São Julião.



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 71.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade do alvará de licença n.º 290/2009, emitida no âmbito do processo de obras n.º 341/2004, em nome de Limite da Montanha, Lda., freguesia de Buarcos e São Julião.

- No âmbito do processo n.º 20/1994, em nome de Imoalpes – Sociedade Imobiliária, Lda., freguesia de Buarcos e São Julião, aprovar nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação, a receção definitiva das obras de urbanização referentes ao alvará de loteamento n.º 4/2000, bem como proceder à libertação definitiva da garantia bancária, no valor de 45.492,51 €.

- No âmbito do processo n.º 174/2015, em nome de AG-Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, freguesia de Tavadede, aprovar nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação, a receção provisória das obras de urbanização, bem como proceder à redução de 90% do montante da caução prestada, ficando retidos até à receção definitiva destas obras o valor de 11.458,17 €.

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação em vigor, declarar a caducidade do alvará de licença n.º 325/2008, emitida no âmbito do processo de obras n.º 45/2006, em nome de Rosa Maria Veiga Rola Rodrigues Azenha, freguesia de Buarcos e São Julião.

- Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 71.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, declarar a caducidade do procedimento no âmbito do processo de obras n.º 22/1995, em nome de Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Multinvest, freguesia de Quaios.

Subunidade Orgânica de Planeamento

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a alteração ao Regulamento da Bolsa de Terras Agroflorestais da Figueira da Foz (BTAF), e nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal.

- De acordo com a informação dos serviços, revogar a deliberação de Câmara de 19 de setembro de 2016, ponto 4.2.1, através da qual:

1 - Autorizou a abertura do procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz com efeitos registais, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

2 – Aprovou os termos de referência para o Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, que se encontram previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo n.º 113.º (objetivos e regulamentação - UOPG2) da proposta de regulamento na revisão do PDM – Plano Diretor Municipal;

3 – Fixou o prazo de quinze dias para a audiência prévia dos interessados, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º, do referido diploma;

4 – Estabeleceu o prazo previsto de seis meses para a elaboração da proposta de Plano;

5 – Procedeu à avaliação ambiental nos termos da legislação em vigor para o efeito;

6 - Solicitou o acompanhamento do procedimento à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Deliberou ainda, dar conhecimento da presente revogação à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

● 1 - Autorizar a abertura do procedimento para a elaboração do “Plano de Pormenor da 1.ª

Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra” nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

2 – Aprovar os seguintes termos de referência para a elaboração do Plano de Pormenor:

- Estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo;

- Promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocação de novas atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas adequadas às necessidades previstas;

- Estabelecer uma rede viária estruturada, o número de acessos necessários, um sistema de circulação e a criação de estacionamento adequados às atividades a instalar;

- Assegurar a proteção e integração paisagística da unidade;

- Programar a sua implementação de forma gradual e faseada;

- a solução urbanística projetada no Plano de Pormenor deve assegurar o seu enquadramento com a envolvente, nomeadamente no que se refere à sua relação com o IC1/A17;

3 – Fixar o prazo de quinze dias para a audiência prévia dos interessados, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do plano, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º, do referido diploma;

4 – Estabelecer o prazo previsto de seis meses para a elaboração da proposta de Plano;

5 – Proceder à elaboração da avaliação ambiental nos termos da legislação em vigor para o efeito;

6 - Solicitar o acompanhamento do procedimento à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

● 1 - Autorizar a abertura do procedimento para a elaboração do “Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial do Vale do Murta” nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

2 – Aprovar os seguintes termos de referência para a elaboração do Plano de Pormenor:

- Estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo;

- Promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocação de novas atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas adequadas às necessidades previstas;

- Estabelecer uma rede viária estruturada, o número de acessos necessários, um sistema de circulação e a criação de estacionamento adequados às atividades a instalar;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- Assegurar a proteção e integração paisagística da unidade;
- Programar a sua implementação de forma gradual e faseada;
- a solução urbanística projetada no Plano de Pormenor deve assegurar o seu enquadramento com a envolvente, nomeadamente no que se refere à sua relação com o IP3/A14;

3 – Fixar o prazo de quinze dias para a audiência prévia dos interessados, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do plano, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º, do referido diploma;

4 – Estabelecer o prazo previsto de seis meses para a elaboração da proposta de Plano;

5 – Proceder à elaboração da avaliação ambiental nos termos da legislação em vigor para o efeito;

6 - Solicitar o acompanhamento do procedimento à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

● 1 - Autorizar a abertura do procedimento para a elaboração do “Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz” nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

2 – Aprovar os seguintes termos de referência para a elaboração do Plano de Pormenor:

- Estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo;
- Promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocação de novas atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas adequadas às necessidades previstas;

- Estabelecer uma rede viária estruturada, o número de acessos necessários, um sistema de circulação e a criação de estacionamento adequados às atividades a instalar;

- Assegurar a proteção e integração paisagística da unidade;

- Programar a sua implementação de forma gradual e faseada;

- A solução urbanística projetada no Plano de Pormenor deve assegurar o seu enquadramento com a envolvente;

3 – Fixar o prazo de quinze dias para a audiência prévia dos interessados, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do plano, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º, do referido diploma;

4 – Estabelecer o prazo previsto de doze meses para a elaboração da proposta de Plano;

5 – Proceder à elaboração da avaliação ambiental nos termos da legislação em vigor para o efeito;

6 - Solicitar o acompanhamento do procedimento à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Subunidade Orgânica de Reabilitação Urbana

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor e três abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ricardo Silva:

● De acordo com a informação dos serviços, aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Tavarede e a aprovar da respetiva Operação de Reabilitação Urbana do tipo Sistemática, orientada por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), nos termos do artigo 13.º e do artigo 33.º respetivamente, do Regime Jurídico da Reabilitação



Câmara Municipal da Figueira da Foz

Urbana (RJRU), bem como remeter o projeto da operação de reabilitação urbana ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, para emissão de parecer não vinculativo, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do RJRU, e simultaneamente submeter a discussão pública nos termos do n.º 4 do artigo 17.º da mesma disposição legal, pelo prazo de vinte dias úteis.

Divisão de Cultura

Cultura

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Relativamente a Associações e Coletividades do Concelho da Figueira da Foz - Programa de formação 2018, aprovar:
 - O Programa de Formação com as seguintes Ações de Formação: – Redes e Parcerias Associativas; - Elaboração de Candidaturas a Projetos;
 - O apoio financeiro no valor total de 990,00 €, isento de IVA;
 - O apoio logístico para cada ação designadamente, elaboração de 4 mupis, 1.000 flyers e coffee break para 60 pessoas.
- Relativamente à 30.ª Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar:
 - 1 – A data de 11 de maio de 2018 como limite para a receção das inscrições;
 - 2 – A data de 15 de julho de 2018 para a realização do evento;
 - 3 – As participações por canção concorrente para ajuda nas despesas de alojamento e refeições de participantes e acompanhantes, conforme previsto nos artigos 14.º e 15.º do Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz;
 - 4 – O orçamento provisório do evento, que ascende a cerca de 43.370,00 € ;
 - 5 - O protocolo a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Associação “Pequenas Vozes da Figueira da Foz” para a realização do evento.

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um donativo no valor de 2.000,00 €, resultante da venda de 400 bilhetes pelo valor unitário de 5,00 €, do concerto de Ana Bacalhau, ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento n.º 235 da Figueira da Foz, para participação no 24.º Jamboree Mundial, a realizar nos Estados Unidos da América, de 22 de julho a 22 de agosto de 2019.

Subunidade Orgânica de Museu e Núcleos Museológicos

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018



Câmara Municipal da Figueira da Foz

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a celebração do Contrato de Cedência de Objetos de Valor Cultural, a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e o Convento de Cristo de Tomar, para cedência de dois objetos do acervo do Museu Municipal, integrados na coleção de esculturas religiosas, designadamente: Calvário, trabalho em pedra, policromado, do século XIV-XV; Calvário, trabalho em pedra do século XV, atribuído a João Afonso.

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Educação e Assuntos Sociais

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a regularização da verba relativa à atribuição de Subsídios para Material Escolar, ano letivo 2017/2018, autorizando a transferência do montante de 20,17 €, para o Agrupamento de Escolas do Paião.
- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto nas alíneas u) e cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a cedência gratuita de dois armários cacifos metálicos de nove compartimentos à Associação Trilhos da Boa Viagem para equipar as suas instalações.
- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de isenção do pagamento das participações referentes às atividades de animação socioeducativa, com efeitos a partir do mês de janeiro inclusive, de acordo com o artigo 10.º do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 09 de setembro, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social, às crianças que cumulativamente usufruem de escalão A de ASE – serviço de refeições e se encontrem posicionadas no 1.º escalão de participação familiar – prolongamento de horário, bem como notificação da decisão aos respetivos encarregados de educação.
- Ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conceder à Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Cristina Torres, no âmbito da realização do “27.º Prémio Literário Cristina Torres”, subordinado ao tema “Na minha praia...”, o apoio que se traduz na oferta de dois/três livros, por cada um dos cinco escalões a concurso.
- Aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e o IREFREA Portugal – Instituto Europeu para o Estudo dos Factores de Risco em Crianças e Adolescentes – Portugal
- Ratificar o despacho do Presidente, que autorizou o apoio concedido, no valor de 12,75 €, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município da Figueira da Foz, aos portadores do Cartão Figueira Sénior, no 4.º trimestre de



Câmara Municipal da Figueira da Foz

2017, no âmbito do Programa Figueira Sénior.

- Designar como representantes do Município da Figueira da Foz na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, de acordo com a informação dos serviços n.º 1495, de 31 de janeiro de 2018, o Presidente Câmara Municipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, e o Vereador da Ação Social e Saúde, Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, para a Assembleia Intermunicipal e as Técnicas Superiores Lucinda Maria Alves Jordão e Margarida de Freitas Viana para o Grupo Técnico.

Reunião Ordinária de 19 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- No uso da competência que lhe é conferida nos termos do disposto nas alíneas k) e v) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Criação do Conselho Municipal Sénior e respetivo Regulamento, e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal.

- Relativamente à proposta de Alteração do Regulamento do Banco Municipal de Medicamentos para Figueira ABEM: Rede Solidária do Medicamento e de Protocolo com a Associação Dignidade, aprovar:

1 - A alteração do regulamento do banco municipal de medicamentos para Figueira Abem: rede solidária do medicamento e submeter a mesma à aprovação da assembleia municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo i da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2 - A celebração do protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Associação Dignidade, no âmbito do programa ABEM: Rede Solidária do Medicamento, nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo i da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- No uso da competência que lhe é conferida, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social – RMAI, e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.

Subunidade Orgânica de Juventude e Desporto

Reunião Ordinária de 05 de fevereiro de 2018

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a cedência do Pavilhão Polidesportivo Municipal de Paião ao Clube Basket 2011 – ESBM, no dia 25 de fevereiro de 2018, entre as 09h00 e as 13h00, para dinamização de um convívio de minibasquetebol, bem como o pagamento de horas extraordinárias ao funcionário afeto àquela instalação desportiva.